

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
CURSO ESPECIALIZAÇÃO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

ALEXANDRA DE PAULA OLIVEIRA

ATRAVESSAMENTOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

BELO HORIZONTE

2016

ALEXANDRA DE PAULA OLIVEIRA

ATRAVESSAMENTOS NO PROCESSO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Monografia apresentada como exigência para obtenção de título de especialista no curso Gênero e Diversidade na escola GDE – UFMG.

Orientador: Dr. Marco Aurélio Máximo Prado
Coorientadora: Ma. Bárbara Gonçalves Mendes

BELO HORIZONTE
2016

Oliveira, Alexandra de Paula.
Atravessamentos no processo da inclusão escolar. Belo Horizonte, 2016.
44f.

Orientador: Marco Aurélio Prado Máximo
Coorientadora: Bárbara Gonçalves Mendes

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso
(Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Curso de Gênero e
Diversidade na escola, 2016.

1-Inclusão escolar. 2- História da inclusão escolar no Brasil. 3-Lei no
Brasil em prol da inclusão escolar. 4- Alunos com necessidades
especiais. 5- Atravessamentos da inclusão. 6-Educação.

Alexandra de Paula Oliveira

Atravessamentos no processo da inclusão escolar

Trabalho apresentado na especialização Gênero e Diversidade no contexto escolar, da
Universidade Federal de Minas Gerais,
Belo Horizonte, 2016.

MARCO AURÉLIO MÁXIMO PRADO

Marco Aurélio Máximo Prado (Professor Orientador) – UFMG

BÁRBARA GONÇALVES MENDES

Bárbara Gonçalves Mendes (Coorientadora) – UFMG

ANDRÉA MOREIRA LIMA

Profa. DR. Andréa Moreira Lima – Banca Examinadora

IGOR RAMON LOPES MONTEIRO

Prof. M. Igor Ramon Lopes Monteiro – Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, amigos e amigas, familiares, companheiros e companheiras de curso, aos meus professores e tutores Igor Monteiro e Paulo Silva, a minha tutora orientadora Bárbara Gonçalves Mendes e meu professor orientador Marco Aurélio Prado, a Deus e todas as pessoas que colaboraram para essa conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre estar ao meu lado, me protegendo e me abençoando.

Agradeço a minha mãe pelo amor, apoio, carinho e cuidados, te amo muito mãe, obrigado por tudo.

Agradeço ao meu pai pelo apoio, carinho e amor, te amo muito pai.

Agradeço a minha família, amigos e amigas, e todas as pessoas que torceram e rezaram por mim, pedindo a Deus que me desse força para que eu conseguisse realizar esse sonho.

Agradeço aos meus professores, tutores e orientadores que me conduziram nessa jornada.

E por fim não poderia de deixar de agradecer as minhas orientadoras Bárbara Gonçalves Mendes e Marco Aurélio Prado que com toda competência, paciência, carinho, me conduziu na elaboração desse trabalho. Quero agradecer também os membros da minha banca por participarem deste momento tão importante de minha vida.

Essa vitória não é só minha é de todos vocês que sempre estiveram comigo. Obrigado por tudo. Amo muito vocês. Que Deus abençoe á todos. Grande beijo a todos.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, realizada através de um estudo bibliográfico. Tem como intuito descrever sobre os atravessamentos no processo da inclusão escolar. A palavra atravessamento neste trabalho deve ser entendida como as barreiras que de alguma forma interferem na prática efetiva da inclusão escolar. Os estudos apontam diversos entraves no processo da inclusão escolar na prática. Desta forma esse trabalho visa aponta-los de uma forma geral, na visão dos profissionais da educação, do aluno e Estado que impedem que a inclusão escolar funcione na prática. Foi possível concluir que a inclusão é um processo sem volta, que na prática ainda não ocorre como deveria, mas que tem buscado formas para que de fato a inclusão ocorra.

Palavras – chave: inclusão escolar, história da inclusão escolar no Brasil, lei no Brasil em prol da inclusão escolar, alunos com necessidades especiais, atravessamentos da inclusão e educação.

ABSTRACT

This work is a qualitative research of descriptive, conducted through a bibliographic study. It has the intention to describe about the crossings in the school inclusion process. The word traversal in this study should be understood as the barriers that somehow interfere with the effective practice of school inclusion. Studies indicate several barriers in the school inclusion process in practice. Thus this paper aims to point them in general, in view of professional education, student and state that prevent school inclusion work in practice. It was concluded that inclusion is a process of no return, which in practice does not occur as it should, but that has sought ways to actually inclusion occurs.

Key - words: school inclusion, history of school inclusion in Brazil, law in Brazil in favor of school inclusion, students with special needs, inclusion and education crossings.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MEC- Ministério da Educação e Cultura.

LBV – Lei de diretrizes e bases

LBI – Lei Brasileira de Inclusão.

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

UFMG-Universidade Federal de Minas Gerais

PNE – Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	14
2.1. HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL	14
2.2. ATRAVESSAMENTOS NO PROCESSO DA INCLUSÃO	24
2.2.1 Inclusão Escolar	24
2.2.2 <i>Problemas enfrentados pelos educadores, alunos e escola no processo de inclusão</i>	28
2.2.3 <i>Problemas na prática da inclusão escolar apontados pelo estado</i>	29
3 METODOLOGIA.....	32
3.1 Metodologia.....	32
3.2 <i>Procedimentos de Coleta de dados.....</i>	33
3.3 <i>Análise de dados</i>	33
3.2 <i>Resultado.....</i>	34
3.3 <i>Discussão.....</i>	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

I – INTRODUÇÃO

O meu tema “Atravessamentos no processo da inclusão escolar” dentro das disciplinas oferecidas na Pós Graduação que cursei Gênero e Diversidade, está diretamente ligado a disciplina igualdade e diferença, visto que busco investigar sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiências na escola comum.

É uma questão que desperta meu interesse por estar relacionado diretamente com observações que faço em minha prática profissional cotidianamente. É visível no dia a dia com Analista Educacional, entraves diversos que precisam ser investigados, tais como: professores que alegam a falta de qualificação, alunos que não se sentem incluídos na escola regular, pais e cuidadores dos alunos com necessidades educacionais especiais alegam que a escola não oferece uma educação de qualidade a seus filhos, entre outros.

Ao analisarmos o percurso da Educação Especial, antes do século XX, os deficientes eram reconhecidos com incapazes e indignos de ter acesso à educação escolar, esse período foi marcado por atitudes sociais de exclusão educacional. Predominava assim a marginalização e segregação dos deficientes, apesar de estudos científicos da época demonstrar as possibilidades de tratamento da deficiência. “As baixas expectativas em relação às potencialidades desses sujeitos também refletem o imaginário coletivo, inspirado, erroneamente na ideia da deficiência como incapacidade generalizada e definitiva e os coloca como cidadãos de segunda classe”. (CARVALHO, 2008. p.31).

Ainda hoje nos deparamos com revistas, livros literários, jornais, textos, dentre outros, nos quais a deficiência continua sendo vista como algo “anormal”, com um significado pejorativo e negativo, essa visão se estende a igreja, opiniões de cidadãos e até mesmo a própria família do deficiente. (CARVALHO, 2008).

A análise das mensagens explícitas e das implícitas neles contidas deve ir além do aspecto denotativo, para assimilar as conotações que geram. As significações que eles contêm desvelam como as diferenças são traduzidas segundo as relações de poder que prevalecem no poder e na sociedade. As diferenças decorrentes da manifestação de deficiências acabam sendo introjetados pejorativamente, em cada um de nós, levando-nos a perceber as limitações do sujeito, em vez de suas potencialidades, mesmo quando as práticas narrativas em relação ao respeito e as diferenças encaixam-se no politicamente correto. (CARVALHO, 2008. p.25).

Nas últimas décadas em decorrência de mudanças significativas na compreensão da educação inclusiva no âmbito internacional, tornou-se necessário no Brasil à elaboração do Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva. Como consequência desses avanços o acesso de pessoas com necessidades educacionais especiais aumentou, os sistemas de ensino passaram por uma reestruturação, tornando os sistemas educacionais inclusivos. No entanto, é importante salientar que o fato desses alunos agora conseguirem se matricular em uma escola regular, não significa na prática que os problemas históricos foram resolvidos em relação à garantia dos direitos desses alunos. (MANTOAN, 2014).

As políticas de Educação como políticas sociais, devem ser entendidas como modalidade de política pública, ou seja, como conjunto de ações do governo com objetivos específicos. Viana adverte para dois aspectos que precisam ser esclarecidos, garantindo-se maior precisão conceitual para as políticas públicas e sociais: o primeiro deles está na expressão “ações do governo” e o outro, nos objetivos específicos. No primeiro caso, faz diferença saber que o governo, considerando-se as estruturas legais e institucionais, os distintos contextos e regimes políticos, bem como se determinada ação governamental é formulada sobre a influência das elites dominantes ou se é inspirada em procedimentos democráticos, com participação de todos. No segundo caso, em relação aos objetivos específicos, em esferas, com que legitimidade se leva em conta interesses amplos e restritos da sociedade. (CARVALHO, 2008, p.25).

As baixas expectativas em relação às potencialidades desses sujeitos também refletem o imaginário coletivo, inspirado, erroneamente na ideia da deficiência como incapacidade. A inclusão escolar defende que todos os alunos independentes de ter necessidade educacional especial têm o direito a frequentar a escola regular, no entanto para que esta inclusão ocorra é necessária uma mudança de paradigma, na qual a escola abandone as práticas e modelos ultrapassados e busque métodos e práticas que possam de fato atender as necessidades de todos os alunos priorizando o desenvolvimento do ser humano. (SCARDUA, 2008).

Tornando-se assim fundamental valorizar a diversidade, tendo um olhar sobre ela como uma riqueza cultural e humana, dentro de um espaço educacional, ao qual vise garantir o acesso e a permanência na escola regular do aluno com necessidade educacional especial, potencializando o seu pleno desenvolvimento escolar, para Ferreira (2006 *apud* Scardua, 2008), inclusão escolar pode ser compreendida desta forma.

Não podemos esquecer que nosso passado recente revela uma história de exclusão escolar das pessoas com deficiência. Por muitas décadas, alegando-se incapacidade dos estudantes com deficiência de acompanhar os demais alunos, manteve a prática de segregação, reforçada pelo paradigma da normatização. Tal estado de coisas perpetuou-se também no período da integração, que nada mais fora que um anúncio da possibilidade de inclusão escolar para aqueles estudantes que conseguissem adequar-se à escola comum, sem que esta devesse revisar seus pressupostos. (MANTOAN, 2014. p.06)

Primeiramente o processo de exclusão é um processo complexo, o qual requer uma análise mais apurada; A exclusão desses alunos começou a demandar uma ação do Estado, onde surgiu assim uma política pública de inclusão, a qual Oliveira, Jesus (2014) pontua as contribuições legais para essas políticas tais como:

Podemos ainda, conferir outra significativa contribuição legal que foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 que também assegura os direitos educacionais, estabelecendo no capítulo V a Educação Especial como modalidade da Educação Escolar, que deverá ser ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino, particularmente aos educandos com necessidades educacionais especiais, havendo, quando necessário, serviços de apoio especializado. Em seu parágrafo 2º, garante que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das 345 condições específicas dos educandos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”. Ainda, no artigo 24, inciso V dentre as normas para a organização da Educação Básica, garante a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, mediante verificação do aprendizado. Nos artigos 37 chega a afirmar sobre as “[...] oportunidades educacionais apropriadas consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. Isso nos remete ao pensamento do nosso compromisso pedagógico e social para com o aluno de EJA com necessidades educacionais especiais. Complementa no artigo 59 que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” bem como a “terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências [...]”. (p 344).

Enfim, quero investigar que olhar é esse que o Estado tem apontado sobre o que é de fato incluir? Na prática a criança deficiente tem tido o direito de usufruir de uma educação de qualidade? Por que, apesar dos professores buscarem se capacitarem ainda assim a criança deficiente é vista como um problema? Quais os entraves políticos desse processo de Inclusão? Essas são algumas das questões que quero investigar e que acredito serem de extrema importância para compreender porque na prática a inclusão não tem funcionado.

No primeiro capítulo será apresentado o percurso da inclusão escolar no Brasil, desde os primeiros episódios até o momento atual.

Já o segundo capítulo denominado atravessamentos da inclusão escolar foi dividido entre: visão geral, problemas enfrentados pelos educadores, alunos e escola no processo de inclusão escolar e por último foi abordado os problemas na prática da inclusão escolar apontados pelo Estado.

Em seguida será apresentada a metodologia e por fim as considerações finais.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1. HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

De acordo com HOUAISS (2008 *apud* Scardua, 2006), a inclusão escolar pode ser definida como envolver, comprometer-se ou tomar parte em algo. Desta forma é fundamental o envolvimento e comprometimento de professores, direção e de todos da comunidade escolar de forma direta ou não, para que a inclusão escolar ocorra.

Já de acordo com Baptista (2003), a inclusão escolar seria a transformação da escola para receber o aluno, ou seja, a escola deve se adaptar as necessidades do aluno e não o contrário. O autor fala que esta transformação deve ser profunda e envolver toda a organização do ensino, desde o projeto pedagógico até a formação continuada de técnicos e professores que atuem nas escolas, deixando claro que esta transformação refere-se de fato a uma educação de qualidade. (SCARDUA, 2008, p.02).

Refletindo sobre esse processo de inclusão através do texto de Miguel Arroyo “Políticas educacionais, igualdade e diferenças” publicado no ano (2011), bem como minha prática cotidiana em uma escola onde o público alvo são crianças que tem necessidades especiais e nos encontros presenciais na especialização Gênero e diversidade no contexto escolar (UFMG), surgem alguns questionamentos e hipóteses que precisaram ser investigadas como citado anteriormente.

Pensando no conceito de inclusão escolar Lockmann (2010, p.123) afirma que “podemos compreender a inclusão como uma estratégia da governamentalidade, que, articulando os âmbitos micro e macropolíticos, pretende manter a ordem e potencializar a vida da população”.

Já de acordo com Figueiredo (2005 *apud* Scardua, 2008):

A inclusão escolar surge justamente para garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, seguida “do mais pleno desenvolvimento escolar de todos os alunos, em um espaço de relações educacionais que valorize a diversidade como riqueza humana e cultural. O mais relevante no conceito de inclusão escolar é que “todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular, e quando aborda a questão dos alunos que fracassam em suas salas de aula diz que “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, atingindo não somente os alunos com deficiência, mas todos os demais, com o objetivo de alcançarem sucesso em sua vida escolar. Inclusão escolar seria deste modo, não somente manter o aluno na escola, mas além de mantê-lo, faz-se necessário tornar a escola um ambiente no qual ele possa de fato se desenvolver. (p.86).

Todas essas questões nos remetem ao termo cidadania. No que tange especificamente está pesquisa trabalhamos com a definição de cidadania dada pela autora Dagnino (2015, p.03), para ela esse termo pode ser definido como:

a ideia e que a nova cidadania transcende uma referência central do conceito liberal que é a reivindicação de acesso, inclusão, *memberschip*, "pertencimento" (*belonging*) ao sistema político na medida em que o que está de fato em jogo é o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade. Estou pensando aqui, de um lado, no fato de que a conquista dos direitos de cidadania, tal como definidos por aqueles que hoje no Brasil estão excluídos dela, implicará, desde logo, modificações radicais na nossa sociedade e na estrutura das relações de poder que a caracterizam.

A inclusão escolar defende que todos os alunos, independentes de qualquer necessidade educacional especial têm o direito a frequentar a escolar regular. No entanto, para que esta inclusão ocorra é necessária uma mudança de paradigma, na qual a escola abandone as práticas e modelos ultrapassados e busque métodos e práticas que possam de fato atender as necessidades de todos os alunos priorizando o desenvolvimento do ser humano. (SCARDUA, 2008).

É fundamental valorizar a diversidade, tendo um olhar sobre ela como uma riqueza cultura e humana, dentro de um espaço educacional, que vise garantir o acesso e a permanência na escola regular do aluno com necessidade educacional especial, potencializando o seu pleno desenvolvimento escolar. (SCARDUA, 2008).

Nas últimas décadas, em decorrência de mudanças significativas na compreensão da educação inclusiva no âmbito internacional, tornou-se necessário no Brasil à elaboração do Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva. Este avanço proporcionou a pessoas com necessidades educacionais especiais um maior acesso, a este sistema de ensino, que passou por reestruturações que o tornaram mais inclusivos. Todavia, é importante salientar que o fato desses alunos agora conseguir se matricular em uma escola regular, não significa na prática que os problemas históricos foram resolvidos em relação à garantia dos direitos desses alunos. (MANTOAN, 2014).

Para a compreensão da inclusão escolar é necessário compreender como no decorrer do tempo os deficientes eram visto pela sociedade. Inicialmente a deficiência era vista por dois pontos de vista, em um deles a pessoa era deficiente em decorrência de uma possessão demoníaca, em outro um castigo divino pelos seus pecados. (MACEDO; AIMI; TADA; SOUZA. 2014).

A Reforma Protestante e séculos de rigidez moral e inquisição católica, contribuíram para que o tratamento ao deficiente se tornasse mais rígido, sofrendo diversas mortes, torturas e castigos. (MACEDO; AIMI; TADA; SOUZA. 2014).

A deficiência só passou a ser vista como doença em decorrência do avanço da medicina, contribuindo assim para um paradigma ao qual o deficiente deveria viver afastado da sociedade, sendo necessário interná-lo para que se possa receber tratamento médico, atenção e cuidado. (MACEDO; AIMI; TADA; SOUZA. 2014).

A Declaração dos Direitos Humanos de 1948 surgiu impulsionada pelas grandes guerras, seguido de diversos movimentos sociais. Nos anos 1960 e 1970 com o intuito de colocar as pessoas deficientes dentro do padrão, normatizando para que possam assim conviver em sociedade. Na década de 1980 um novo paradigma foi instaurado em consequências de mais avanços na medicina passou a vigora o paradigma de valorização da diversidade, direitos humanos e humanização. (MACEDO; AIMI; TADA; SOUZA. 2014).

Foi no século XVI que teve início a história da educação especial, contrariando os paradigmas em vigência na época, pedagogos e médicos lutaram em prol daqueles considerados ineducáveis. Nesta época ter direito a acesso a educação formal era para poucos, com base no aspecto pedagógico realizaram um trabalho no qual eles mesmos eram os professores. (MENDES, 2006).

A instituilização em asilos e manicômios ate o século XVI era o tratamento oferecido ao deficiente, utilizado como uma resposta aos anseios da sociedade. Esse tratamento era segregador e tinha como pressuposto principal o fato de afastar as pessoas deficientes tidas como “anormais” do convívio em sociedade e acreditando que elas ficariam melhor sendo confinadas e cuidadas em um ambiente separado. No entanto outro movimento ocorria paralelamente, que defendia a obrigatoriedade destes deficientes de frequentarem escola. Isto já apontava o fato da escola tradicional não ser capaz de conduzir a aprendizagem de todos os alunos. Em decorrência dessa obrigatoriedade no século XIX surgem nas escolas regulares as chamadas classes especiais, que eram destinadas a alunos considerados, pela escola, como difíceis. Desta forma, a educação destinada a pessoas deficientes foi tendo avanços, surgindo às escolas especiais como uma alternativa, apenas após as duas guerras mundiais. (MENDES, 2006).

Quando se analisa o processo da educação de pessoas com deficiência intelectual no Brasil, chegamos ao ano de 1935. É possível estabelecer que neste período não encontraram uma solução no contexto escolar para elas, afinal, a deficiência era conceituada baseando na expectativas da sociedade e pelos padrões escolares e por isso eram imprecisas e contraditórias. Não incluindo, assim, crianças com comportamentos e aspectos totalmente divergentes do esperado. Esta classificação era mais usada como forma de discurso e não como desescolarização predominante geral, e por isso os deficientes recebiam uma escassa educação. (MENDES *apud* JANNUZZI, 2010).

Foi na década de 1960 liderado pelos direitos humanos que os movimentos sociais, sensibilizaram, intensificaram e conscientizaram a sociedade em relação à marginalização e os prejuízos da segregação de grupos e indivíduos com deficiência que na época eram a parte minoritária. Desde então criou uma base moral, cuja proposta era a integração escolar, defendendo que todas as crianças independentes de suas deficiências tem o direito de participar de todas as atividades e programas cotidianos. Outro argumento em defesa desta proposta levantada foi que essa convivência traria benefícios tantos para as crianças ditas “normais” como as deficientes. Para as crianças deficientes os benefícios seriam: ter maiores oportunidades para aprender e observar com alunos mais competentes, além de conviverem em um ambiente desafiador em relação à aprendizagem o que contribuía para que avançasse em relação a suas limitações, promovendo assim uma aprendizagem significativa. Já em relação às crianças sem deficiências os benefícios seriam: trabalhar a aceitar as diferenças, suas potencialidades e limitações. Com essa proposta foi possível que a ciência procurasse produzir formas de ensinar essas crianças deficientes que por muito tempo foram negligenciadas e consideradas sem possibilidade de serem educadas. Com esses avanços foi se mostrando o quanto era desfavorável a segregação e a marginalização dos mesmos, os isolando como forma de não se haver com suas necessidades. E após diversos estudos que culminaram na percepção que as crianças deficientes eram capazes de aprender, a ciência passou a pesquisar o que, para que e onde eles deveriam aprender e como deveria ser a melhor forma. Estabeleceram como meta a independência, autonomia e desenvolver uma melhor qualidade de vida, maximalizando assim as possibilidades do desenvolvimento deles sobre os interpessoal e inserção social futura. (MENDES, 2006).

No Brasil o marco histórico ocorreu no final do século XIX. Através da criação do Instituto dos Surdos-Cegos, obra realizada pela inspiração em experiências europeias. A criação deste Instituto e do colégio Pedro II pareceu um ato inusitado, levando em consideração o contexto da época, no entanto estas Instituições foram as principais educativas nos anos 60 da capital do país. (MENDES, 2010).

O processo de popularização da escola primária pública se inicia entre as décadas de vinte a trinta, quando o índice de analfabetismo era de 80% (Aranha, 1989). A partir daí observa-se uma expansão do ensino primário, caracterizado pela redução do tempo de estudo e a multiplicidade dos turnos, que Teixeira (1968) caracteriza como uma política de educação popular reduzida. Enquanto isso, a vertente psicopedagógica da educação de pessoas com deficiência no Brasil será influenciada neste mesmo período pelas reformas nos sistemas educacionais de educação sob o ideário do movimento escola-novista. No panorama mundial tal movimento se caracterizou pela implantação de escolas que tentavam superar o tradicionalismo, a rigidez e o viés intelectualista, que pouco se adequavam as transformações sociais em curso (MENDES (2010) *apud* Aranha (2004), p.06).

Adeptos da escola-novista com o intuito de reduzir as desigualdades sociais, aumentar o interesse por pesquisas na área e buscar a liberdade da criança, defendendo o pressuposto do poder da educação, e direito de todos a ela. Eles apontavam também a necessidade de reformas educacionais, preparando assim com essas mudanças o desenvolvimento do país. Lutavam pelo ensino gratuito, público e laico através de um sistema de ensino estatal. (MENDES, 2010).

Analisando a influência do movimento *escola-novista* na educação especial de nosso país, Cunha (1988) considera que apesar de defender a diminuição das desigualdades sociais, ao enfatizar as características individuais, a proposição de ensino adequado e especializado, a adaptação de técnicas de diagnóstico e especificamente do nível intelectual, muito contribuiu para a exclusão dos diferentes das escolas regulares naquela época. A igualdade de oportunidades tão pregada passou a significar a obrigatoriedade e gratuidade do ensino, ao mesmo tempo em que a segregação daqueles que não atendiam as exigências escolares, passou a ser justificada pela adequação da educação que lhes seria oferecida. (MENDES (2010) *apud* CUNHA, (2005), p.05).

Movimentos sociais e internacionais em prol da educação inclusiva contribuíram para elaboração de documentos muito importantes, entre eles é possível citar a Declaração dos Direitos Humanos do ano de 1948. Este documento é mais geral por não fazer distinção entre características intelectuais, física, de credo, orientação e condição sexual, bem como de opinião pública. Ele estabelece que as pessoas com deficiências tenham os mesmos direitos das demais. (MACEDO; AIMI; TADA, SOUZA, 2014).

A Declaração de Jomtien (1990), resultado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, reforça entre os países participantes a educação como direito fundamental de todos, devendo esta ser tida como imprescindível para a melhoria do índice de desenvolvimento humano. O documento orienta os países signatários para o nivelamento de ações que assegurem às suas populações educação com qualidade, sobretudo àqueles menos desenvolvidos. Segundo Aranha (2004), quando os representantes brasileiros participantes da Conferência assinaram a referida Declaração “o Brasil assumiu, perante a comunidade internacional, o compromisso de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país”. O estabelecimento destes propósitos suscitou mobilizações para sua implantação e principalmente para discutir ações para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. O resultado foi à realização da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO na Espanha, cujo documento final foi a Declaração de Salamanca (1994). (MACEDO; AIMI; TADA, SOUZA, 2014, pag 04).

A Declaração de Salamanca veio reforçar a importância do governo, pais, grupos comunitários e organizações de pessoas com deficiência nesse crescente envolvimento na luta por uma educação de qualidade e melhores condições de acesso. O envolvimento do setor político contribuiu para um desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos deficientes e sociedade, sendo considerado por isso um fator primordial. O respeito à diversidade, inclusão dos deficientes no ensino regular e garantia de acesso, elaboração de políticas públicas em prol de pessoas com deficiência são grandes ganhos em decorrência dessa Declaração de Salamanca. (MACEDO; AIMI; TADA, SOUZA, 2014).

No Brasil diversas leis e decretos foram sendo criados ao longo do tempo visando à Inclusão escolar. No ano de 1961 foi criada a lei nº 4.024 denominada Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LBDEN) “fundamenta o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de excepcionais, a Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade”. (MEC, 2013. p.01).

Em 1971 foi criada a segunda Lei de Diretrizes e Bases Educacionais do Brasil veio substituir a anterior e foi criada na época da ditadura militar. Essa lei estabelece que devem receber tratamento especial todos aqueles que apresentarem um atraso em relação à idade regular de matrícula, superdotados e os que possui alguma deficiência seja ela física ou intelectual. (MEC, 2013).

No ano de 1988 na Constituição Federal no artigo 208 estabelece que toda criança com idade de 4 até 17 anos, passa a ter direito assegurado por lei a Educação Básica obrigatória, afirmando ser dever do Estado a garantia de atendimento educacional especializado na rede regular de ensino aos portadores de deficiência.(MEC,2013).

Já nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal, “afirma-se, respectivamente, a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho e a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. (MEC, 2013. p.01).

No ano de 1989 foi criada a lei nº 7.853 que estabelece o direito das pessoas com deficiência à integração social, obrigando assim sua inserção nas escolas privadas e públicas, bem como a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial. Determina que é de responsabilidade do poder público a matrícula compulsória em curso regulares, sejam eles no setor público ou privado, garantindo também o acesso a bolsas de estudos e merenda escolar. (MEC, 2013).

A lei nº 8.069 criada no ano de 1990, conhecida principalmente como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garante o direito as crianças e adolescentes com deficiências preferencialmente na rede regular de ensino, ao atendimento educacional especializado, protegendo-os eles assim e determinando a sua prioridade nos atendimentos, políticas de prevenção pública e de proteção da família. (MEC, 2013).

Em 1994 no que se refere à inclusão escolar, foi proposto à integração instrucional, fato este que foi considerado um atraso no que se refere à inclusão escolar, visto ser um processo que permite que ingressem em classes regulares de ensino apenas as crianças que tenha possibilidade de acompanhar e desenvolver nas atividades curricular, excluindo grande parte desses alunos do sistema regular de ensino, obrigando assim a irem para a Escola Especial. (MEC, 2013).

Em 1996, a lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor tem um capítulo específico para a Educação Especial. Nele, afirma-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (MEC, 2013. pag.03).

O decreto regulamenta a Lei nº 7.853/89 no ano de 1999, tem o intuito de garantir e assegurar em relação ao contexto socioeconômico e cultural a plena integração das pessoas com deficiências do país. Colocando a Educação especial como um complemento a Educação regular em todos os níveis e a estabelecendo como uma modalidade transversal. (MEC, 2013).

No ano de 2001 foi estabelecida a lei n° 10.172 esta lei foi muito criticada pelo fato de ser considerada muito extensa e contraditória, apresentando quase 30 metas e objetivos para as crianças e jovens com deficiência. Uma destas metas é estabelecer a Educação Especial como uma das modalidades da educação escolar. (MEC, 2013).

A resolução feita no ano de 2001 pela CNE/CEB n° 2 instituiu as:

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Entre os principais pontos, afirma que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. Porém, o documento coloca como possibilidade a substituição do ensino regular pelo atendimento especializado. Considera ainda que o atendimento escolar dos alunos com deficiência tem início na Educação Infantil, “assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado”. (MEC, 2013. p.04).

A resolução do ano de 2002 n° 1/2002 da CNE/CP fala sobre como deve ser as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Estabelecendo que a formação em relação à Educação Inclusiva deve ser levada em consideração todas as especificidades dos alunos que apresentam necessidades especiais, sendo fundamental assim, os conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos (MEC, 2013).

A lei n° 10.436/02 criada no ano de 2002 reconhece a Língua Brasileira dos Sinais (Libras), como um meio legal de comunicação e expressão. Através do Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos foi estabelecidas metas para inclusão, ao quais os temas são relacionados com as pessoas com necessidades educacionais especiais e as diretrizes para os currículos nas escolas. O Plano de Desenvolvimento da Educação no âmbito da educação inclusiva desta a necessidade de atendimento das necessidades dos deficientes, Em 2008 com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva este documento traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil com o intuito de embasar “políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos”. Ainda no ano de 2008 no Decreto n° 6.571 é descrito o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica definindo como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. Este decreto determina que a União preste apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento da modalidade. Além disso, reforça que o AEE deve estar integrado ao projeto pedagógico da escola. (MEC, 2013).

Em 2009 a Resolução Nº 4 CNE/CEB veio com o intuito de entender como deveria ser realizado “o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, esta foi orientada para ser realizado em contra turno e de preferência em salas de recurso multifuncionais das escolas regulares”. (MEC, 2013. p.05).

Em 2012 foi criada Lei nº 12.764 “A lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”. (MEC, 2013. p.05).

Em 2014 o Plano Nacional de Educação (PNE) apresentou como meta “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. O entrave para a inclusão é a palavra preferencialmente, que, segundo especialistas, abre espaço para que as crianças com deficiência permaneçam matriculadas apenas em escolas especiais”. (MEC, 2013. p.05).

Falar sobre inclusão de alunos com necessidade educacional especial na escola regular é um assunto que na prática sabemos que tem uma série de entraves e dilemas. O próprio Estado aponta algumas possíveis causas, tais como: falta de capacitação dos professores, preconceito, despreparo da escola, políticas públicas, gestão, entre outros. O Estado assim busca soluções para as questões levantadas, mas, na prática nada muda. É possível observar que além desses pontos mencionados anteriormente, existe algo que vai além, existe algo maior nesse processo que quero investigar.

No texto de Silva (2014) é retratado o fato de a diversidade ser vista como fora da normalidade, como aquele que precisa ser “ajustado e normatizado” para que se insira no que chamamos de norma. Visto que a escola está acostumada a trabalhar com a homogeneidade e não com a diversidade. Neste caso, o normal ou esperado, é que o aluno seja obediente, dedicado, aprenda com facilidade, não cause problema nenhum, se tornando praticamente “invisível”. Quando aparece um aluno que apresenta problemas em relação à disciplina, ao aprendizado, que não se dedica e cria vários “problemas” e desafios para os professores, levando este profissional a uma revisão de suas práticas, há preferência por buscar intervenções que “mascarem” ou “modulem” esses alunos. Dito desta outra forma há uma busca por tornar estes alunos, parecidos ou iguais aos outros que se encaixam no desejável, através de punições ou jogando a culpa da não aprendizagem do aluno nele. Há uma diversidade, no real, que é mascarada pela normatização. Não existe, de fato, uma busca de respeito à diversidade e sim um movimento de encaixar (encaixotar) todos no padrão, nas normas, desrespeitando assim os direitos de igualdade, liberdade e da diferença. O deficiente

neste processo é visto como anormal, inferior, aquele que foge da normalidade, que não se enquadra dentro uma realidade desigualmente produzida por nós.

Com frequência nos deparamos com varias queixas das escolas em relação à inclusão, educadores com extrema resistência em lidar com o diferente. E aqueles professores que se abrem para inclusão se deparam com a angustia de não saber como lidar com a situação, sentindo a necessidade constante de apoio e suporte, sentindo incapacitado para lidar com um aluno que sempre foi visto como incapaz.

Desta forma, podemos perceber que esse processo de inclusão é extremamente complexo e cheio de atravessamentos, de um lado professores, direção, escola que não sentem preparados para atender essa demanda e do o outro lado o Estado que através da lei ordena que as escolas sejam obrigadas a matricular os alunos com necessidades especiais. E os alunos com necessidades especiais, que ficam em disputa, sendo os principais prejudicados, inclusive no fato de não conseguirem usufruir de seus direitos de ter acesso a uma educação de qualidade e ser tratado com respeito.

Figueiredo (2005 *apud* Scardua, 2008) pontua que:

“Se faz necessária uma transformação na escola para efetivar a inclusão”. É preciso abandonar modelos e práticas que discriminam qualquer aluno e anular a tentação de se apropriar de soluções paliativas. Afirma “que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais em função de um valor universal que é o desenvolvimento do ser humano”. (p.86).

Através das reflexões feitas é possível concluir que a inclusão é um processo que está dando os primeiros passos, que precisa de constantes revisões e aprofundamento em discussões diversas, tais como: histórico das políticas de educação especial (importante destacar que o tema inclusão e diversidade é recente), impasses na relação entre educação especial em escolas regulares e escolas especiais, debate sobre cidadania e debate sobre igualdade. Desta forma, esse primeiro capítulo teve o intuito de realizar um breve histórico da Inclusão Escolar no Brasil, no decorrer dos outros capítulos será descrito outros aspectos em relação à Inclusão Escolar.

2.2 - ATRAVESSAMENTOS NA INCLUSÃO ESCOLAR

Nesse capítulo serão apresentados os atravessamentos na prática do processo da inclusão inicialmente sobre uma visão geral, em seguida os problemas enfrentados pelos professores, alunos e escola neste processo e por fim dificuldades apontadas pelo Estado na prática da inclusão escolar.

2.2.1 Inclusão Escolar

O tema inclusão escolar tem sido considerado atualmente no contexto educacional brasileiro um dos temas mais debatidos. No que se refere à inclusão escolar de pessoas com necessidade educacionais especiais no Brasil existe políticas educacionais que tem se constituído como um importante elemento de mudanças. (DAZZANI, 2010).

Devido o aumento considerável de matrículas nas escolas comuns de alunos com deficiência, a falta de demarcadores e monitoradores do processo alimentam o debate sobre a inclusão escolar. Isso acontece porque estudos e estatísticas em prol da inclusão escolar demonstram falta credibilidade por não apresentarem mais descrições sobre quem são esses alunos e qual a real situação educacional, socialização e de acesso ao currículo. (DAZZANI, 2010).

A constituição de uma sociedade justa, igualitária e equitativa é reconhecida como principal finalidade da Educação, na proposta de formar cidadãos críticos e responsáveis, conscientes de seus direitos, deveres e oportunidades, a fim de poderem conviver com dignidade, preparados para o mundo do trabalho e a prática social, conforme preconiza o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 9394/96. Não obstante, a concretização destes princípios é dificultada por fatores políticos, sociais, econômicos e, sobretudo, históricos e culturais, que por vezes impedem que a inclusão seja consolidada em nossas escolas. (MACEDO; AIMI; TADA, SOUZA, 2014 p 02).

A inclusão tem possibilitado que os deficientes que no passado eram excluídos e segregados do convívio social, possam conviver com pessoas sem deficiência. No entanto, é fundamental pontuar que essa aproximação é um meio que possibilita que os alunos deficientes se tornem governáveis, explicáveis e observáveis. (LOCKMANN, 2010).

É importante pontuar que atualmente ocorre uma revisão epistemológica da Educação Especial, alavancado pelo processo da Educação Inclusiva. Essa revisão ocorre em decorrência das mudanças ocorridas ao longo da história das atitudes sociais e também em relação ao tratamento ofertado às pessoas com deficiências. (LOCKMANN, 2010).

Estudos realizados sobre o tratamento oferecido em relação à Educação Especial do autor Mazzota (1996) citado por Lockmann (2010), aponta três atitudes sociais marcantes nesta época:

1. A marginalização é caracterizada como uma atitude de descrença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência, o que leva a uma completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para essa população.
2. O assistencialismo é uma atitude marcada por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, porque permanece a descrença na capacidade de mudança do indivíduo, acompanhada pelo princípio cristão de solidariedade humana, que busca apenas dar proteção às pessoas com deficiência.
3. A educação/reabilitação apresenta-se como uma atitude de crença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência e as ações resultantes dessa atitude são voltadas para a organização de serviços educacionais. (LOCKMANN, 2010, p.05).

Lockmann *apud* Samaki (2005), explica o paradigma da inclusão escolar, na qual estabelece a necessidade de reestruturação na escola (tanto comum como especial), visando acolher o aluno com deficiência, independente do tipo de deficiência que possua. Além disso, esse processo deve ocorrer a partir do olhar do espectro da diversidade humana, e possibilitar a convivência com pessoas sem deficiências.

A Educação Inclusiva surge com a proposta de diminuir os fatores que contribuem para exclusão e desvalorização de todos os âmbitos em relação ao aluno deficiente. No entanto observando essa inclusão na prática surgem os seguintes questionamentos. (1) Será que a comunidade escolar de fato está aberta para se libertar dos preconceitos e fazer uma escola inclusiva? (2) Até que ponto as instituições educacionais e a sociedade estão dispostos a modificar seu olhar, atitudes e concepções para oferecer de fato ao aluno deficiente uma Educação Inclusiva? (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2006).

Um grande desafio no processo da inclusão escolar é oferecer uma Educação Inclusiva, em uma sociedade que em um momento exclui uma parte da população em decorrência de questões socioeconômicas e em outros momentos busca incluir essa mesma população que foi excluída anteriormente. É preciso refletir também sobre quais são as estratégias e caminhos necessários para construir uma sociedade Inclusiva.

De acordo com Sawaia (1999), tal expressão é utilizada para explicitar as contradições e complexidades da exclusão social como processo dialético de inserção social perversa. Trata-se de um conceito-processo capaz de indicar o movimento e não a essencialidade que as palavras exclusão e inclusão assumem no contexto contemporâneo. Ambas não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas e invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação. Os estudos de Sawaia indicam que, na sociedade ocidental contemporânea, as formas de incluir e reproduzir a miséria varia e possa se manifestar de maneira contraditória, quer rejeitando-a e expulsando-a da visibilidade, quer acolhendo-a festivamente ou incorporando-a a paisagem como algo exótico. O tratamento dado socialmente aos alunos com necessidades educacionais especiais expressa semelhança com as formas de inclusão e reprodução da miséria; historicamente esses alunos foram rejeitados e expulsos da visibilidade do sistema regular comum de ensino, enquanto que no contexto educacional contemporâneo, eles devem ser acolhidos e incorporados à paisagem da escola regular comum. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2006, p. 08).

Faz-se necessário atentarmos que até o termo “alunos com necessidades educacionais especiais” surge como uma forma de desviar o foco da atenção, para o que de fato importa. Demonstra que a escola e o âmbito educacional estão buscando respostas educativas para esses alunos, porém na prática o que vemos não é bem isso. Vários autores referências no âmbito da Educação Inclusão, através de seus estudos de que para que de fato para ocorra uma Educação Inclusão é fundamental que ocorra mudanças que visem colocar em prática as ações. Para que isso ocorra efetivamente há necessidade de política que tratem do assunto, competência da equipe e sistemas educacionais, dispor de recursos econômicos para investimento, além da união dos dirigentes com os educadores, que de fato se comprometam com a causa e busquem oferecer uma prática que favoreça no sentido de poder demonstrar e aprimorar o potencial do aluno com necessidades educacionais especiais. Vale ressaltar que para que o educador ofereça isso em sua prática, ele precisa de uma formação que forneça a competência técnica e compromisso profissional, no entanto na prática isso surge como um dos problemas da inclusão, visto que os alunos são incluídos, sem uma formação de educadores que contemple esta situação e, desta forma, estes profissionais se sentem desamparados e não sabem, muitas vezes, como devem proceder para que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha acesso a uma educação de qualidade. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2006).

Consideremos aqui apenas a exclusão escolar. O primeiro aspecto que se deve examinar é o fato de que, a partir de certos marcos, a exclusão na nossa sociedade é compreendida não como um fenômeno isolado, anômalo, acidental, mas, ao contrário, diretamente ligada a certas formas de organização institucional e de produção do poder que fabricam engrenagens causadoras do isolamento, do alheamento e da estigmatização de determinados cidadãos, ou seja, nem sempre a exclusão se resume ao fato de que a criança está *fora* do espaço físico da escola, mas *fora* do espaço simbólico da cultura e da economia. Porém, até mesmo a ideia de uma *promessa de igualdade* e de homogeneidade no processo de massificação da educação pública no Brasil da década de 70 do século passado fez da escola um espaço de exclusão. Isso se deu em consequência da ideia de que a escola ofereceria as mesmas condições para todos os alunos, sem exceção (e a massificação do ingresso à escola pública seria um exemplo disso), e o sucesso ou o fracasso seria decorrência das aptidões e da inteligência de cada um. Essa *falsa promessa de inclusão* coloca sob suspeita o indivíduo-aluno e retira do Estado e da escola a responsabilidade de promover a inclusão, outorgando ao aluno a tarefa de *incluir-se* na massa homogênea que tem competência, aptidão e inteligência para aprender. (DAZZANI, 2010, p. 05).

Por outro lado, inúmeras pesquisas procuraram demonstrar que o fracasso se concentra nas camadas socioeconomicamente desfavorecidas, o que, de algum modo, contraria essa premissa, pois coloca à mostra que as diferenças não ocorriam entre os indivíduos, mas, sim, entre grupos. (DAZZANI, 2010, p. 05).

Esse modo de explicar, porém, leva a outro problema que, do mesmo modo, pode levantar suspeita de ordem teórico-ideológicas, pois implicam a ideologia da deficiência cultural, ou seja, o fracasso escolar das classes menos favorecidas seria explicado, nessa perspectiva, pelo déficit cultural do seu meio. (DAZZANI, 2010, pag 05).

Esse outro modo de explicar o fracasso, principalmente o das classes pobres, parte da afirmação central de que, já que a escola transmite como certos os valores culturais dos grupos dominantes, as crianças das classes dominadas não encontram, na escola, a valorização de seus padrões culturais. (DAZZANI, 2010, p. 05).

No Brasil, principalmente a partir da massificação da educação pública e dos programas de combate ao analfabetismo nas décadas de 60 e 70 do século passado, os temas do fracasso e da exclusão escolar se tornaram preocupações centrais de educadores e do Estado. (DAZZANI, 2010, p. 07).

É nesse contexto, quando a educação não se realiza, quando a escola não consegue cumprir sua tarefa, quando a aprendizagem não se dá, é aqui precisamente que o discurso e os saberes da Psicologia surgem com uma força especial. (DAZZANI, 2010, p. 07).

Os educadores, teóricos e políticos se veem obrigados a compreender os mecanismos internos da prática pedagógica para, daí, encontrar os caminhos de superação – posto que o desafio educacional é visto como um desafio civilizacional. (DAZZANI, 2010, p. 07).

2.2.2 Problemas enfrentados pelos educadores, alunos e escola no processo de inclusão escolar.

Um desafio enfrentado pelas escolas e educadores no Brasil na atualidade é a Educação Inclusiva, visto que uma de suas vertentes é o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola comum, ao quais crianças sem deficiência e deficientes tem que conviver em um mesmo ambiente, devem aprender umas com as outras e o educador surge como um suporte técnico fundamental neste processo. A Escola Inclusiva visa também oferecer um atendimento integrado, criativo e que proporcione um espaço de interação.

No entanto, o conceito de inclusão não é: levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado; ignorar as necessidades específicas da criança; fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades; extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo; esperar que os professores de classe regular ensinem as crianças portadoras de necessidades especiais sem um suporte técnico. É na Educação Inclusiva que se atende esses alunos com qualidade, mas tem que dar condições e formação aos profissionais também, para que os objetivos e o desenvolvimento aconteçam corretamente. Ao longo de todo o processo, a maioria dos profissionais envolvidos na educação não sabe ou desdenham a importância e a diferença da educação especial e a educação inclusiva. (NASCIMENTO, 2013, p. 04).

Primeiramente no contexto brasileiro, devido à perspectiva assistencialista se torna muito difícil tanto na área educacional quanto de emprego a implantação de propostas que em defesa do deficiente. (NASCIMENTO, 2013). Esta dificuldade acontece por que...

Embora a educação especial tenha o amparo da referida lei, ressaltando mais uma vez, a LDB nº 9.394, 20 de dezembro de 1996 em seu capítulo V, Da Educação Especial, art. 58, “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. (LEI DE DIRETRIZES E BASES Nº9394/96, Capítulo V, Art.58, 1996). Ao adotar a prática inclusiva como um objetivo de curto prazo, as políticas públicas desconsideram que: os ambientes físicos não estão preparados para receber esses indivíduos e que a adequação desses espaços vai exigir um grande investimento em infraestrutura e equipamentos, cujas verbas geralmente inexistem. A comunidade não foi “educada” para receber, acolher, integrar e aprender a se relacionar com o diferente. Com isso a possibilidade de que haja rejeição por parte dos demais integrantes da sociedade se torna concreta. O professor precisa ter tempo para refletir e adequar as suas práticas pedagógicas aos novos desafios sem comprometer a qualidade de seu trabalho. (NASCIMENTO, 2013, p.10).

Em segundo a falta de preparo dos professores da escola comum, para receber os alunos com necessidades especiais é um grande atravessamento neste processo de inclusão e isso ocorre em decorrência desse professor ter em sua sala de aula uma turma lotada, com problemas de aprendizagem e disciplina associados, bem como a falta de preparação teórico-técnica. E com isso esses alunos com necessidades educacionais especiais acabam não recebendo uma educação com qualidade a qual eles têm direito se tornando aqueles incluídos

na escola regular, apenas no que se refere aos espaços físicos e excluídos no que se refere a terem acesso a uma educação de qualidade. (NASCIMENTO, 2013)

Um dos grandes desafios que se coloca a escola inclusiva são a preparação, interação e conscientização da equipe pedagógica, bem como na formação, participação e formação de professores, ainda que se façam necessários programas de formação mais significativos para uma qualificação maior desses profissionais. (NASCIMENTO, 2013)

A evasão e o fracasso de uma parte significativa dos alunos da escola brasileira é um fator que deve ser levado em consideração, visto que esses alunos em sua maioria apresentam baixa autoestima em decorrência do fracasso escolar e de serem marginalizados por causa desse insucesso. Ocorre a partir disto, uma exclusão social e escolar. Esses alunos são vítimas de um sistema educacional falido, de professores despreparados e falta de apoio familiar, além das influências socioeconômicas. (MANTOAN, 2003).

Segundo Macedo (2005), é preciso refletir sobre os fundamentos da educação inclusiva, procurar saber e repensar o modo de funcionamento institucional, hoje pautado na lógica da exclusão em favor da inclusão. Conforme consta na Cartilha da Inclusão dos Direitos das Pessoas com deficiência, para se ter realmente uma escola democrática, é preciso criar uma nova ordem social, pela qual todos seja incluídos no universo dos direitos e deveres. Segundo Mantoan (2005) para haver um projeto escolar inclusivo são necessárias mudanças nas propostas educacionais da maioria das escolas, uma nova organização curricular idealizada e executada pelos seus professores, diretores, pais, alunos e todos os que se interessam pela educação na comunidade onde está a escola. (NASCIMENTO, 2013, p. 11).

A educação inclusiva no modelo atual é um desafio que nos obriga a repensar a escola, sua cultura, sua política e suas práticas pedagógicas. Dessa forma estará atendendo não somente aqueles com deficiência, mas todos aqueles atualmente marcados pelo ciclo de exclusão e do fracasso escolar. (NASCIMENTO, 2013, p.17).

2.2.3 Problemas na prática da Inclusão Escolar apontados pelo Estado

O processo da Inclusão Escolar muitas vezes é colocado como responsabilidade exclusiva do professor, que assim fica sobrecarregado com a necessidade de garantir o avanço dos alunos. No entanto, nas mãos unicamente do profissional da educação é uma forma de tentar simplificar as coisas, direcionando o fracasso apenas por um trabalhador, pontuando que se a inclusão não funciona na prática é porque o professor não é qualificado, sendo que na

verdade os atravessamentos da inclusão na prática não ocorrem somente em detrimento do professor. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005).

Uma política educativa que afirme que sobre o professor recaem as esperanças de melhoria da educação brasileira tem como único efeito situar o professor frente a um ideal que adquire mais a dimensão de um “fardo” a ser carregado solitariamente que de uma possibilidade a ser concretamente alcançada. Esta situação é facilmente verificável através das inúmeras queixas veiculadas pelos professores, muitas vezes impotentes, diante das dificuldades para atender a diversidade de seus alunos. Sabemos que um professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por este motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor. É verdade que propostas correntes nessa área referem-se ao auxílio de um professor especialista e à necessidade de uma equipe de apoio pedagógico. Porém, a solicitação destes recursos costuma ser proposta apenas naqueles casos em que o professor já esgotou todos os seus procedimentos e não obteve sucesso. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p.09).

A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais produz impasses no cotidiano escolar que exigem um constante repensar das práticas pedagógicas. Deste modo, é importante à análise de alguns aspectos do contexto atual da inclusão no país. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p.25).

Os profissionais da educação, muitas vezes usam o termo “inclusão forçada”, “inclusão de fachada”, para se referirem como se sentem ao ter que trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. Eles compreendem e conhecem a lei de Inclusão e benefícios trazidos por ela, na prática eles vivenciam que ocorre um enorme distanciamento entre teoria e prática. Observamos, por conseguinte, no discurso destes profissionais, as dificuldades encontradas em relação ao acesso ao ensino regular de pessoas com necessidades educacionais. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005).

As escolas, de modo geral, têm conhecimento da existência das leis acerca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e da obrigatoriedade da garantia de vaga para estas. As equipes diretivas respeitam e garantem a entrada destes alunos, mostrando-se favoráveis à política de inclusão, mas apontam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária, 26 Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial como, por exemplo, a ausência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários a sua implementação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p.25).

No cotidiano das escolas comuns é comum ouvirmos professores se referirem aos alunos com necessidades educacionais especiais como “alunos da inclusão”. Isso demonstra como na realidade estes alunos não estão sendo vistos, eles continuam sendo segregados, só

que agora de forma diferente. Esta forma de nomear os alunos demonstra, também, a permanência da educação sobre o aspecto de normal e patológico o que é totalmente contrário ao que de fato deveria ser a inclusão, processo esse que deve lidar com a diversidade e diferenças. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005).

A necessidade de transformar a escola no que se refere a questões pedagógicas e até mesmo em sua estrutura física para que ela de fato se torne inclusiva conta com muita resistência. Ficando esse ambiente, sem condição de receber esses alunos, que tem direito de usufruir de uma educação e espaço de qualidade e que atenda as suas necessidades. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005).

Não há dúvida de que incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional que implica na flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensinar, avaliar, trabalhar com grupos em sala de aula e a criação de estruturas físicas facilitadoras do ingresso e circulação de todas as pessoas. Em que pese as inúmeras dificuldades presentes no cotidiano das escolas, permanece uma expectativa entre educadores e gestores escolares de que as transformações sociais alcancem a instituição educativa. O que está em discussão é qual a compreensão que temos da relação entre escola e sociedade. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p.26).

Consideradas essas questões, a educação inclusiva implica na implementação de políticas públicas, na compreensão da inclusão como processo que não se restringe à relação professor-aluno, mas que seja concebido como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, que envolve toda a comunidade escolar. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p.26).

3 METODOLOGIA

Neste capítulo apresentarei os caminhos trilhados para elaboração do presente trabalho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois tem como um dos focos realizar uma comparação entre como a inclusão é retratada na teoria e como ela ocorre realmente na prática, compreendendo os entraves do processo de inclusão, além dos já apontados pelo Estado e suas consequências na vida dos alunos com necessidades educacionais especiais e dos seus familiares.

Esta questão norteadora surgiu em decorrência de minha prática de quase três anos em uma Escola Especial do Estado de Minas Gerais, na qual trabalho como Analista Educacional na função de Psicóloga Educacional. O público desta escola são alunos com necessidades educacionais especiais. No decorrer desses anos foi possível presenciar diversas situações em que a família e a escola comum nos enviaram alunos com deficiências para avaliação psicopedagógica com o intuito de que eles fossem matriculados na Escola Especial. Para tanto, estas instituições alegam que a escola regular não tinha meios para trabalhar com as crianças e atendê-las em suas necessidades. Em outros momentos, alunos da Escola Especial foram levados por determinação da Secretária do Estado de Educação para escola regular e não se adaptaram, nesse sistema, bem como o sistema não se adaptou a eles. E, assim, acabaram retornando para Escola Especial.

Além de relatos de professoras de apoio, pais de alunos e diretores sobre as dificuldades na prática de fazer a inclusão escolar funcionar, eu mesma presenciei diversas situações e comecei a me questionar sobre como a inclusão ocorre no cotidiano quais os atravessamentos que interverem para que ela não funcione como deveria. Ao cursar essa especialização Gênero e Diversidade, principalmente ao cursar a disciplina Igualdade e Diferença vi uma grande oportunidade de pesquisar sobre essa questão norteadora que me aquietava tanto em minha prática.

O presente estudo se classifica como Pesquisa Bibliográfica quanto aos meios, uma vez que implica na recuperação de conhecimento científico acumulado sobre um problema (RODRIGUES, 2007). Será fundamentada na documentação e bibliografia sobre o tema em questão e com a finalidade de proporcionar contato com o que já se produziu a respeito dele. (PÁDUA, 2007). Para tanto, foram utilizados procedimentos de buscas bibliográficas por soluções, atentos ao objeto de estudo. (LIMA; MIOTO, 2007). Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.

Esta pesquisa descritiva, pois, tem como objetivo tratar sobre o processo de inclusão e todas suas vertentes e as consequências na vida dos alunos com necessidades educacionais especiais e familiares. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos.

3.1 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS

A partir da definição do tema e das palavras chaves que norteariam este trabalho comecei uma pesquisa de artigos, analisando através da leitura dos resumos dos artigos aqueles que poderiam ser utilizados no trabalho. O trabalho foi realizado através de bases de pesquisas confiáveis como o Scielo, na procura de artigos, monografias e dissertações sobre o assunto no período de publicação do ano de 2006 e 2015. O período foi escolhido, após o mapeamento inicial, que demonstrou que este período era o de maior número de publicações sobre o assunto. Os termos indutores, utilizados foram: inclusão escolar, história da inclusão escolar no Brasil, lei no Brasil em prol da inclusão escolar, alunos com necessidades especiais, atravessamentos da inclusão e educação. Foi encontrado em torno de 50 artigos, mas ao ler os resumos 20 deles não se encaixavam no que minha pesquisa se propunha. E desta forma a análise foi feita em torno de 30 materiais, filtros determinados pelo mapeamento: termos indutores, ano de publicação, a leitura do resumo. Os textos foram catalogados, também com base nestas leituras e posteriormente analisados. O método de análise utilizado será o análise do conteúdo.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Na primeira fase, foi definido o tema em decorrência dos meus questionamentos em minha prática profissional e após essa definição, foi realizada através uma leitura flutuante, com o intuito de analisar os materiais apresentados através da pesquisa, lendo resumos para saber qual material poderia ser selecionado e qual não poderia ser selecionado através de uma pré-análise. Já na segunda fase foi realizado a exploração dos materiais selecionados por meio da análise de conteúdo.

Análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, pag. 47).

4 - RESULTADOS

4.1 Descrições dos artigos encontrados

Título	Ano de Publicação	Autores	Palavras chaves	Descrição
Inclusão escolar: saberes que operam para governar a população.	2010	Lockmann	Inclusão escolar, governamentalidade, práticas pedagógicas, anormalidade, Foucault, Michel.	Nesta dissertação de mestrado uma análise dos discursos dos diversos campos de saber sobre Inclusão escolar e quais as práticas pedagógicas desenvolvidas para trabalhar com os alunos com necessidade educacionais especiais no município de Novo Hamburgo/RS.
Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas.	2014	Del Pretti e Rose-Pinola	Educação Especial. Inclusão Escolar. Formação de Professores. Habilidades Sociais.	O artigo aponta o impacto das habilidades sociais do professor no desempenho escolar dos alunos.

Título	Ano de Publicação	Autores	Palavras chaves	Descrição
Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular.	2011	Mendes, Almeida e Toyoda.	Inclusão escolar; ensino colaborativo; consultoria colaborativa; formação de profissionais.	O artigo apresenta os resultados de pesquisas que apontam a via de colaboração entre Educação Especial e Regular como um caminho promissor para a construção de escolas mais inclusivas.
Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto.	2014	Macedo, Aimi, Tada e Souza.	Inclusão escolar; ambiente escolar; Psicologia Escolar.	O artigo aborda a questão da permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais em uma instituição de ensino, além de apontar a temática da inclusão e sua relação com o contexto escolar a partir de um estudo teórico.
Possibilidades e desafios na inclusão Escolar.	2013	Kibrit	Inclusão escolar, psicanálise, acompanhamento terapêutico e educação.	Neste artigo é apresentado o acompanhamento terapêutico feito junto a uma aluna com síndrome de Down na escola.
A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais deficiência física.	2006	Ministério da Educação e Secretária de Educação Especial.	Inclusão educacional. Atendimento educativo. Atendimento escolar. Deficiências físicas. Atendimento especializado. 6. Educação inclusiva.	É apresentado as diversas deficiências, além do processo da inclusão e as dificuldades deste processo.

Título	Ano de Publicação	Autores	Palavras chaves	Descrição
Documento subsidiário à política de inclusão.	2005	Ministério da Educação.	Educação inclusiva, educação de alunos com deficiência mental.	São apontados neste material os problemas em relação à inclusão escolar, além de apresentar um subsídio sobre as deficiências e dificuldade encontradas tanto pelos alunos, como professores e escola.
A inclusão e o ensino regular.	2008	Scardua	Inclusão escolar; mudança educacional; diversidade.	Este artigo apresenta questionamentos que buscam justificar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e as dificuldades enfrentadas pelos professores e pela instituição.
Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: Uma leitura crítica.	2010	Dazzani	Psicologia escolar. Inclusão escolar. Direitos humanos. Democracia.	Articula uma discussão que envolva a referência a três problemas centrais: o problema da democracia, dos direitos humanos e da inclusão social nas sociedades atuais; a tarefa da educação e da escola formal na consolidação da democracia e na defesa dos direitos humanos.

Quadro 1: Artigos selecionados
Fonte: Dados de Pesquisa.

5. DISCUSSÃO

No momento ao qual pesquisava os artigos para produção do meu trabalho de conclusão de curso, foi possível perceber de início que existem poucos materiais de fato direcionados a minha questão norteadora.

Outro ponto observado, à partir da análise dos artigos, é que o material selecionado através do filtro das palavras chaves e leitura dos resumos apresentam alguns fatores que podem ser considerados como atravessadores. Alguns deles são: preconceito, exclusão, falta de qualificação dos profissionais da educação e da escola. Isso nós mostra que na prática a Inclusão Escolar não funciona tão bem, surgindo assim à necessidade de uma revisão das práticas pedagógicas da escola e dos educadores, além de uma reflexão sobre como este aluno é incluído de fato em uma escola regular. O que estes estudos demonstram, dito de outra forma, é que estes alunos incluídos sofrem diversos transtornos, começando pelo fato de uma resistência dos profissionais em lidarem com o diferente e chegando ao fato de que a inserção deles neste meio se apenas no que tange espaço físico, sendo eles excluídos do direito a uma educação de qualidade. Surgindo assim a necessidade de pensar a forma como estamos incluindo estes alunos na educação básica para que não seja uma inclusão perversa que de acordo com Sawaia (2011).

Esses atravessamentos ou barreiras perpassam por todo o processo de inclusão, é necessário que consiga derrubar essas barreiras para que na prática a inclusão ocorra de fato, visto que é um direito assegurado por lei ao aluno com necessidades educacionais especiais.

6 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível constatar neste trabalho que a inclusão escolar é que processo sem volta e que ainda precisa ser repensado e reestruturado, analisando principalmente como de fato esse aluno tem sido incluído e como ele realmente deveria ser incluído.

De acordo com o material utilizado foi possível perceber que a inclusão na prática não tem funcionado como deveria, ela esbarra em diversos atravessamentos, tais como: falta de qualificação de professores e escola, resistência dos educadores e escola em lidar com aluno com necessidades educacionais especiais, preconceitos, exclusão desses alunos que não prática se tornam excluídos dentro da inclusão, visto o mesmo tem acesso ao espaço da escola regular, mas, não tem acesso a uma educação de qualidade. A escola comum precisa se reestruturar para de fato atender as necessidades dos alunos deficientes. Necessidade de modificações das práticas pedagógicas, matrizes curriculares, acessibilidade, além de uma mudança de olhar sobre esses alunos que muitas vezes é visto como incapaz, sendo que ele é um ser humano muito maior que sua deficiência e possui potencial que precisa ser valorizado.

Enfim, faz-se necessário uma mudança de paradigma. Compreender que este aluno ter acesso à escola comum não é um favor e sim um direito e desta forma o mesmo merece ser respeitado e de fato ter acesso a uma educação de qualidade. É fundamental parar de acreditar que apenas o fato desse aluno estudar em uma escola comum já significa que ele de fato esteja incluído, mas, sim que isso é apenas um passo dos muito que precisam ser dados para a inclusão de fato aconteça como deve ser.

Precisamos todos da área da educação abraçarmos a causa e contribuirmos para que na prática a inclusão ocorra como se deve, oferecendo a esses alunos um educação de qualidade, um ambiente acolhedor, com profissionais que acreditem em suas potencialidades e não foquem apenas em suas dificuldades, que ouça mais esse aluno que tem muito a dizer sobre a forma que gostaria de ser tratado. Enfim é responsabilidade de todos nós que essa inclusão aconteça. Não é um caminho fácil, mas é sim, um caminho possível.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, MIGUEL. **Políticas educacionais, igualdade e diferenças.** Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaec/article/view/19969/11600>. Acesso 06 nov. 2014.

CÂMARA, ROSANA. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações.** Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/viewFile/306/284> Acesso 10 ago. 2015.

CANDAU, VERA. **Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/04.pdf>. Acesso 15 jun.2015.

DAGNINO, EVELINA. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.** Disponível em: http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7327/os_movimentos_sociais_e_a_emergencia_de_uma_nova_nocao_de_ci.pdf. Acesso 09 ago. 2015.

DAZZANI; VIRGINIA. *A Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: Uma Leitura Crítica.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a11.pdf>. Acesso 27 out.2015.

DEL PRETTE; PINOLA. **Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso 27 out. 2015

DAZZANI; VIRGINIA. *A Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: Uma Leitura Crítica.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a11.pdf>. Acesso 27 out.2015.

DEL PRETTE; PINOLA. **Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso 27 out. 2015.

GIL. **Como elaborar projetos de Pesquisas.** 4. ed. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2002.

HILLESHEIM; LASTA. **Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/15.pdf>. Acesso 27 out. 2015.

JUNQUEIRA, ROGÉRIO. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas.** 1ª. Ed. Ministério da Educação, 2009.

KRIBIT. **Possibilidades e desafios na inclusão escolar.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v16n4/13.pdf> . Acesso 27 out. 2015.

LOCKMANN, KAMILA. **A inclusão e o ensino regular.** Disponível em: <http://www.facevv.edu.br/Revista/01/A%20INCLUS%C3%83O%20E%20O%20ENSINO%20REGULAR.pdf>. Acesso 15 jun. 2015.

MACEDO; SOUZA. **Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n2/02.pdf> . Acesso 27 out. 2015.

MARKONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** 3. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, JOÃO. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico.** 7º. ed. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2005.

MENDES, ENICÉIA. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso 07 nov. 2014.

MENDES; VILARONGA. **Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812014000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso 27 out. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais – deficiência física.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>. Acesso 15 jan. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documento subsidiário a Política de Inclusão.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopolitcadeinclusao.pdf>. Acesso 15 jun. 2015.

MOUFFEM CHANTALL. **A cidadania democrática e a comunidade política.** Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/663-2499-1-PB.pdf>. Acesso 08 nov. 2014.

NASCIMENTO. **Educação inclusiva no Brasil e as dificuldades enfrentadas em escolas públicas.** Disponível em:

<http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/04122012Cristina%20de%20Fatima%20do%20Nascimento%20-%20TCC.pdf>. Acesso 23 jan. 2016.

OLIVEIRA, FABIANO; PEREIRA ALLIGER. **A noção de cidadania em Chantal Mouffe, dentro do Debate entre liberais e comunitaristas.** Disponível em:

http://www.ibes.edu.br/aluno/arquivos/artigo_nocao_cidadania_Chantal_Mouffe.pdf. Acesso 30 set. 2014. Acesso 04 nov. 2014.

OLIVEIRA, MARTA; JESUS, JOSÉ. **Os alunos com necessidades educacionais especiais e a inserção no mercado de trabalho: que possibilidade temos?** Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/III%20Jornada%20de%20Didatica%20%20Desafios%20para%20a%20Docencia%20e%20II%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/OS%20ALUNOS%20COM%20NECESSIDADES%20EDUCACIONAIS%20ESPECIAIS%20E%20A.pdf>. Acesso 02 ago.2015.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Inclusão escolar: Um desafio entre o ideal e o real.** Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/2284/inclusao-escolar-um-desafio-entre-o-ideal-e-o-real>. Acesso 28 set. 2014.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização:** normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias. Belo Horizonte, 2006. Disponível em <<http://www.pucminas.br/biblioteca/>>

RAHME. **Inclusão e internacionalização dos direitos à educação as experiências brasileira, norte-americana e italiana.** Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a07.pdf> . Acesso 27 out. 2015.

SAWAIA, BADER. **Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e ética da desigualdade social.** 3°. ed. São Paulo. Editora Vozes, 2001.

SEKKEL; ZANELATTO; BRANDÃO. **Uma Questão para a Educação Inclusiva: Expor-se ou Resguardar-se?** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a06.pdf> . Acesso 27 out. 2015.

SILVA, CONCEIÇÃO. **A escola e as relações de igualdade e diferença.**

Disponível em: <http://moodle.gdeufmg.com.br/mod/resource/view.php?id=99>, Acesso 01 nov. 2014.

SILVA, RAFAEL. *Educando pela diferença para a igualdade: professores, identidade profissional e formação contínua*. Disponível em:

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/RAFAEL_FERREIRA_DA_SILVA.pdf. Acesso 11 nov. 2014.

SILVA, TOMAZ. *A produção social da identidade e da diferença*. Disponível em:

<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/a-producao-social-da-identidade-e-da-diferenca.pdf>.

Acesso 05 nov. 2014.

TOYODA; ALMEIDA. *Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n41/06.pdf>. Acesso 27 out.

2015.

